

# O pensamento pré-furtadiano sobre o desenvolvimento econômico: Entre o Modernismo da semana de 1920 e a Modernização da Era Vargas

## The pre-Furtadian economic development thought: between Modernism of the 1920s and Modernization of Vargas' Era (1930-1945)

**ANDRÉ BOJIKIAN CALIXTRE** | andre.calixtre@ipea.gov.br

Técnico de Planejamento e Pesquisa do Ipea e doutorando em Economia pela Universidade de Brasília (ECOPOL/UnB).

**DANIELA FREDDO** | danielafreddo@unb.br

Professora Adjunta do Departamento de Economia da Universidade de Brasília (UnB).

**Recebimento do artigo** Julho de 2019 | **Aceite** Setembro de 2019

**Resumo** Propõe-se no artigo explorar a riqueza do pensamento econômico brasileiro da primeira metade do século XX, que será chamado por período pré-furtadiano em homenagem a Celso Furtado e a publicação do “Formação Econômica do Brasil”, de 1959. Neste período, constituem-se as bases para o Nacional Desenvolvimentismo, que foi marcado pela contribuição do pensamento social da “Geração de 1930” na ruptura com o determinismo e o pensamento eugenista, pavimentando a via teórica para o debate moderno em economia no Brasil. O embate entre liberais e desenvolvimentistas foi aos poucos se construindo como divisões entre uma teoria econômica convencional aplicada ao Brasil e o embrião do que se consolidaria como Estruturalismo latino-americano em sua variação brasileira, cuja formação foi contígua ao processo histórico de desenvolvimento do país. Até a década de 1960, o debate teórico estava incrustado à prática da política econômica, logo os confrontos teóricos foram essencialmente batalhas entre formuladores/executores de políticas econômicas, nas quais algumas controvérsias serão analisadas neste artigo. **Palavras-Chave** Formação do Pensamento Econômico Brasileiro; Liberalismo e Desenvolvimentismo; República Velha; Modernismo.

**Abstract** We propose in this paper to explore the richness of what we classify as “pre-Furtadian” Brazilian economic thought in the 20th Century’s first half. In this period, occurred the basis of economic development thinking that will flourish in the 1960s and 1970s, after Celso Furtado’s classic “Economic Formation of Brazil”, published in 1959. The clash between liberals and developmentalists was gradually being constructed as divisions between conventional economic theory applied to Brazil and a particular Latin American structuralist school. However, this was not a predominantly academic dispute and it mixed with the country’s historical development process. Thus, the theoretical debate was embedded in practicing of economic policy. All of the theoretical confrontations held in Brazil until the 1960s were essentially debates between formulators or executors economic policies. We explore in this paper some important Brazilian controversies on this subject at the pre-Furtadian period. **Keywords** Formation of Brazilian Economic Thought; Liberalism and Developmentalism; Old Republic; Modernism.

## Introdução

No estudo da História do Pensamento Econômico Brasileiro, existe um grande componente de contemporaneidade. Apesar do intenso desenvolvimento da teoria econômica desde a publicação d'*A Riqueza das Nações* por Adam Smith em 1776, são raros os momentos em que a disciplina embrionária dos países em processo de industrialização originário e retardatário desembocaria nos debates brasileiros, mesmo após a Independência. Ainda no período colonial, no entanto, a formação do pensamento econômico iniciada por Smith foi intensamente estudada por homens do Estado português já no último terço do século XVIII, em especial D. Rodrigo de Souza Coutinho, Conde de Linhares, durante suas viagens a Turim, onde tomou contato com as reformas do período da Ilustração e com o exemplar recém lançado d'*A Riqueza das Nações* (Aidar, 2019, p.142).

No final do século XVIII, formou-se, por meio do movimento memorialista da Academia das Ciências de Lisboa, uma geração de homens de Estado luso-brasileiros simpáticos à Ilustração. Estão entre os principais que publicaram suas memórias econômicas, durante o período de 1789 a 1815: José Bonifácio de Andrada, que produziu estudo sobre as atividades pesqueiras na colônia; José Joaquim de Azeredo Coutinho, que produziu estudo sobre o preço do açúcar; além do próprio Linhares, autor de uma interpretação razoavelmente inspirada em Smith, ou seja, anti-mercantilista, denominado “Discurso sobre a verdadeira influência das minas dos metais preciosos na indústria das nações que as possuem, e especialmente da portuguesa (1789)” (Idem, p.143).

Um pouco à frente, a publicação do primeiro estudo de economia política no Brasil será realizada por José da Silva Lisboa, Visconde de Cairú, entre 1819/20, diante da perplexidade que as revoluções abolicionistas tomavam curso no Novo Mundo, particularmente São Domingos (Haiti) (Idem, p.148). De modo geral, esse período embrionário do pensamento econômico brasileiro primeiramente pouco havia de pensamento nacional por razões óbvias, mas, acima de tudo, estava marcado pela dificuldade em libertar-se das amarras mercantilistas que o Antigo Regime insistia em reproduzir, cuja dramaticidade colonial brasileira era dada pela permanência do regime escravista e os acordos de proibição de manufaturas na colônia desde o final do período pombalino.

Ainda que sob a égide da defesa do escravismo, as contribuições de Cairú e da geração de Coimbra serão fundamentais para o primeiro movimento industrialista da recém-nação brasileira, iniciado pelo período Alves Branco (1844), em que houve intenso debate sobre políticas de proteção nacional e de incentivos à industrialização interna. O protecionismo, no entanto, mostrou-se, por si mesmo, insuficiente para romper o imenso passado colonial e agroexportador brasileiro, dando vazão ao surgimento de um movimento industrialista, a partir de 1870, centrado nas figuras de Antonio Felício dos Santos, Rui Barbosa, Vieira Souto e Roberto Simonsen (Gimene, 2003). Novamente, a sombra escravista do iluminismo (Novais, 1995) dificultava qualquer solução estrutural ao debate econômico, ainda que tivesse produzido figuras industrialistas emblemáticas como Irineu Evangelista de Souza, Visconde de Mauá. No fundo, o caminho urbano-industrial para o Brasil era necessariamente um caminho abolicionista, e isso significava o fim da principal, senão a única, instituição nacional realmente existente no país e capaz de manter unidas regiões completamente díspares em seus interesses econômicos, porém todas elas comprometidas com a manutenção do regime escravista.

O processo de construção de um debate tipicamente econômico no Brasil tem seus primeiros sinais concretos somente no final do século XIX, com o fim do Império, o fim do escravismo, e a experiência republicana. Destaca-se neste período a publicação do livro *A Década Republicana*, de Visconde de Ouro Preto, em 1899, e os debates entre Rui Barbosa e Joaquim Murinho sobre os determinantes e origens da crise do Encilhamento, registrados nos Relatórios do Ministro da Fazenda durante as primeiras décadas da República Velha. Nesse período entre o final do século XIX até 1920, o debate econômico estava profundamente subordinado a uma proto-discussão monetária, que vai da aplicação genérica ou não da Teoria Quantitativa da Moeda a esparsos debates sobre abertura ou proteção comercial em contraponto a políticas de indução à indústria nacional, tomando o termo “indústria” por seu significado antigo, que abrangia todo processo produtivo por manufatura, inclusive algumas atividades agrícolas. De todo modo, a herança maior que esse período trará do século XIX é o embate em torno do industrialismo como estratégia crucial à sobrevivência de uma sociedade agrário-exportadora em crise, que há menos de uma geração finalmente aboliu o trabalho escravo em um processo marcado por dúvidas e inconsistências.

Pouco ou quase nenhuma semelhança desse debate embrionário de economia foi transmitido para a geração que se seguiu à Semana de Arte Moderna de 1920 e ao processo intenso de fundação do pensamento social brasileiro que Antonio Candido nomeou “geração de 1930”. Essa geração viveu a intensa revolução do Modernismo nas artes e no pensamento social brasileiro e foi a protagonista intelectual das frustrações com a experiência de Modernização promovida pela Era Vargas, em especial os rumos tomados após a decretação do Estado Novo, em 1937. No entanto, nas contribuições seminais de Gilberto Freyre, Sergio Buarque de Holanda e Caio Prado Jr – para mencionar os escritos apenas sobre pensamento social brasileiro –, a teoria econômica está em segundo plano, com exceção de Caio Prado, que utiliza mais evidentemente a teoria econômica marxista em sua historiografia. Não poderia ser diferente, pois o objetivo principal da “geração de 1930” estava associado a uma questão que precedia o debate econômico, cuja superação será o ponto de partida do debate econômico nos anos 1950, especialmente para Furtado: a ruptura com o eugenismo e com o determinismo geográfico. Este tema será discutido adiante no artigo.

Até autores como Bielschowsky (1988) e Fonseca (2014) definirem a década de 1930 como o início do “ciclo ideológico do desenvolvimentismo”, a passagem de duas décadas foi necessária para a consolidação da teoria econômica brasileira em termos modernos, i.e, liberto das externalidades provocadas pelo eugenismo e pelo racismo determinista. Sequer uma História do Pensamento Econômico Brasileiro nesse período, que pode ser compreendido pela Revolução Modernista de 1920 até criação da Revista Brasileira de Economia, pelos liberais Arizio de Viana e Eugênio Gu-din no começo da década de 1950, passando pela criação do estruturalista Clube dos Economistas (1955) e a publicação da primeira obra organizada de interpretação em economia brasileira, a *Formação Econômica do Brasil*, de Celso Furtado, em 1959. Diferentemente do debate da República Velha, marcado pela monotonia dos debates centrados em políticas econômicas e defesas oficiais em memoriais de governo, a crise cultural da República Velha, com o advento do Modernismo, irradiou-se para o pensamento econômico brasileiro e constituiu uma nova base de partida do pensamento sobre desenvolvimento econômico que florescerá na década de 1950 em diante.

Neste trabalho, objetiva-se desenvolver os condicionantes teóricos e metodológicos do pensamento social brasileiro travado entre 1920 e 1959 que formam o ponto de partida para o debate econômico moderno no Brasil, em especial atenção à obra de Sergio Buarque de Holanda.

Esse espaço de tempo será denominado período pré-furtadiano do pensamento econômico brasileiro por uma questão referencial, e entendido como parte de uma Pré-História do Pensamento Econômico do país, pois os condicionantes modernos do debate teórico de economia não estavam explicitados na época e só seriam introduzidos organizadamente após a obra de Celso Furtado.

Não há interesse no artigo, no entanto, de estabelecer uma periodização particular da história do pensamento econômico brasileiro com recorte em 1959, mas de apenas confirmar o ano como uma referência para a passagem de um período embrionário para outro formativo do pensamento econômico, cujo marco é a prevalência da abordagem do desenvolvimento sobre a abordagem das técnicas de gestão econômica. A contribuição de Furtado no “Formação...” foi decisiva pela forma como esta organizou o debate interno que se celebrava entre a corrente liberal capitaneada pela Comissão Mista Brasil-EUA e a corrente estruturalista liderada pelo Grupo Misto BNDE-CEPAL, onde Furtado participou. Esse marco não apenas é reconhecido pela corrente estruturalista que floresceu como escola latino-americana nos anos 1950 em diante no Brasil, mas também por economistas liberais insuspeitos, entendida – junto com a honrosa exceção dos anos 1940 de “Formação do Brasil Contemporâneo” de Caio Prado Jr – como “fonte básica de interpretação e reinterpretação do desenvolvimento socioeconômico brasileiro” (Ekerman, 1989, p. 117).

## 1. As ausências do debate econômico entre a República Velha e o início da Era Vargas

O debate econômico da primeira metade do século XX no Brasil pode ser caracterizado pela abordagem pragmática em detrimento da discussão teórica. Evidentemente, os atores que se envolviam na política econômica do país seguiam escolas teóricas mais ou menos definidas, mas é importante salientar a ausência de uma discussão puramente técnica ou mesmo metodológica das ciências econômicas, pelo menos até a criação da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas do Rio de Janeiro (FCEARJ) em 1938, por Eugênio Gudín e Octávio de Gouveia Bulhões, incorporada em 1946 à antiga Universidade do Brasil (atual Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ). Outro fator relevante que mudou o paradigma das discussões econômicas foi a criação das revistas *Conjuntura Econômica* e *Revista Brasileira de Economia*, ambas em 1947, pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) do Rio de Janeiro. Essas iniciativas estruturaram o caminho teórico liberal do estudo da economia, que se confrontará com o caminho teórico nacional-desenvolvimentista, este liderado por Celso Furtado e a criação do Clube dos Economistas e da *Revista Econômica Brasileira* em 1955, conforme recentemente analisado por (Andrada; Boianovsky e Cabello, 2018).

O embate entre liberais e desenvolvimentistas foi aos poucos se construindo como divisões entre uma teoria econômica convencional aplicada ao Brasil e um escola latino-americana particular, mas isso misturava-se ao processo histórico de desenvolvimento do país, e não se tratou de disputas predominantemente acadêmicas. É por isso que o estudo da História do Pensamento Econômico do Brasil está umbilicalmente ligado à observação de sua Formação Histórica Econômica, o que não é um procedimento metodológico comum no estudo das escolas de pen-

samento econômico no mundo desenvolvido. Pois, o debate teórico estava incrustado à prática da política econômica, e não por menos todos os confrontos teóricos que tivemos até a década de 1960 foram essencialmente batalhas entre formuladores/executores de políticas econômicas, como o próprio Furtado, Bulhões, Gudin, Roberto Simonsen, Roberto Campos e, na raiz histórica desse embate, o triângulo Visconde de Ouro Preto, Ruy Barbosa e Joaquim Murinho.

Primeiramente, o debate embrionário de economia no Brasil que acabava de realizar um salto estrutural definitivo e súbito a uma economia capitalista moderna, com a abolição do trabalho escravo e o processo de assalariamento vertiginoso que se instaurou ao fim do Império. Na figura de dois antagonísticos agentes públicos, Barbosa e Murinho, o argumento geral de incapacitação (ou não) do povo brasileiro para a vida urbano-industrial também moveu os corações e as mentes do debate econômico da República Velha ao redor do Encilhamento. Os pontos centrais da disputa estavam concentrados nas gestões do Ministério da Fazenda durante dois períodos: o mandato (1889-1891) de Ruy Barbosa e, dez anos depois, o mandato (1898-1902) de Joaquim Murinho. De um lado, a postura pré-desenvolvimentista de Ruy Barbosa que, consciente da questão fiscal trazida pela demanda reprimida na nova República Velha, no entanto, entende que:

“...governos revolucionários não são, não podem ser governos econômicos. Entre as instituições que desabam e as instituições que se planejam, o terreno de transição, semeado de ruínas e esperanças ele ameaças e reivindicações, franqueia campo vasto e indefinido à luta de forças contraditórias, contra as quais uma comissão revolucionária não poderia, ainda com qualidades heróicas, traçar aos seus atos orientação reta, segura e persistente.” (Barbosa, 1891, p. 11, trazido para o português contemporâneo)

O conceito de “governo econômico” de Barbosa é em sentido literal, trata da higidez fiscal do Estado, ou melhor, da incapacidade de mantê-la diante de uma mudança tão forte do regime, após a queda do Império e a ascensão das forças oligárquicas. O ponto maior era o processo de assalariamento da economia pós-escravista, cuja demanda por moeda cresceu vertiginosamente e não havia instituições bancárias aptas à nova condição estrutural da economia. O debate econômico tinha componente exclusivamente prático: organizar as dívidas contraídas pelo Império (eram duas principais, a da Independência e a da Guerra do Paraguai), cuja impossibilidade de pagamento levou à saída do país do Padrão Ouro e à ruptura com a *City* londrina; e criar um caminho monetário que equacionasse o assalariamento, ampliando as mudanças iniciadas pelo último Ministro da Fazenda do Império, o Visconde de Ouro Preto, que permitiu que os bancos regionais emitissem a própria moeda.

No campo diametralmente oposto, Joaquim Murinho, crítico feroz da postura de Barbosa, declara em tom pré-liberal, no bojo de suas políticas de recondução do Brasil ao Padrão Ouro, que será concretizada pelo *Funding Loan* de 1898, alguns meses antes de Murinho assumir seu gabinete na Fazenda:

“Estudado o mecanismo pelo qual as emissões desvalorizaram a nossa circulação, não é difícil compreender-se como por um mecanismo semelhante desvalorizaram a nossa produção. A pseudo abundância de capitais

por elas produzida promoveu a criação de um sem número de indústrias e desenvolveu de modo extraordinário a atividade agrícola. Como todo o desenvolvimento precipitado, ele se fez sem ordem, sem calma necessária ao estudo, sem estudo indispensável à previsão. Daí o estabelecimento de indústrias artificiais e a organização agrícola para produção exagerada do café, os dois fatores da desvalorização da nossa produção.

O emprego de capitães e operários em indústrias artificiais representa um verdadeiro esbanjamento da fortuna nacional. A renda dos produtos dessas indústrias só se faz afastando-se artificialmente do mercado produtos similares estrangeiros. O custo de produção nessas indústrias, sendo muito alto em relação ao dos que nos veem do exterior, eleva, por meio de taxas ultra-protetionistas nas tarifas da Alfândega, o preço dos produtos estrangeiros, criando assim um mercado falso, em que os produtos internos vencem na concorrência os produtos do exterior. Todo consumidor é, pois, lesado, e a diferença entre o que ele paga pelos objetos nesse regime e o que pagaria em um regime livre representa um imposto que lhe é arrancado para manutenção daquelas indústrias.” (Murtinho, 1899, p. 15, trazido para o português contemporâneo)

A postura de Murtinho corrobora as teses liberais misturadas ao darwinismo social característico do pensamento positivista da época. Murtinho foi ministro de Manuel Ferraz de Campos Sales, ou Campos Sales (1898-1902), único presidente natural de Campinas/SP, que, não obstante, no auge da produção cafeeira da região, executou as dívidas dos pequenos e médios cafeicultores, levando a maior parte do sistema de produção cafeeiro à falência. Os efeitos da política de Murtinho e Campos Sales foram a retração do ciclo expansivo do café para o interior de São Paulo, e um brutal processo de concentração fundiário subsequente. A ideia é essencialmente quantitativista: os efeitos produzidos pelo aumento da moeda-papel em títulos bancários, sem referência metálica, nada mais são que movimentos monetários, cujo rebatimento real é nulo, corrigido apenas pelos preços. A rigidez do acordo do *Funding Loan*, que hipotecou as alfândegas nacionais em garantia e exigiu que o Brasil depositasse, em três bancos ingleses, a mesma quantia em papel moeda nacional referente ao valor do empréstimo em libras, mostra a determinação “pré-monetarista” do Governo Campos Sales. Mas essa ideia liberal permaneceu em disputa na República Velha, afinal, as necessidades dadas pelo assalariamento de uma economia pós-escravista colocava desafios teóricos impossíveis de serem solucionados pela recém-nascida *Economics*. Nas palavras de Ruy Barbosa:

“Foi entre essas perplexidades e sob o aguilhão desses perigos, que recorri à única salvação possível em semelhante conjuntura: assentar, como os Estados Unidos tinham feito, em circunstâncias análogas e sob a força de iguais necessidades, a garantia do meio circulante sob os títulos da dívida nacional. Indigitada pela malevolência e pela má fé de uma reação furiosa e insensata como um sistema de monopólios fatais à liberdade do trabalho e à indústria nacional, essa instituição não tardou em se recomendar, pela experiência imediata dos seus efeitos, às simpatias de todas as classes la-

boriosas, como o maior acelerador, que jamais se concebeu neste país, da prosperidade do trabalho, como o maior difusor de credito, o mais enérgico propulsor do nosso movimento industrial, a que veio imprimir inaudita atividade. Caluniada pelas más paixões da política e do interesse particular como uma organização de condescendências e favores privilegiados, acabou por descobrir severidade tamanha no seu mecanismo, tão diminuta soma de compensações, como ramo de comércio, para o capital-empregado na sua exploração, que todos os bancos de emissão sobre apólices solicitaram a troca dessa faculdade na de emitir sobre ouro.” (Barbosa; 1891; pp. 32, 33)

A referência a este debate clássico entre Barbosa e Murinho, e a crítica de Ouro Preto a ambos, levou à construção de um senso-comum na interpretação da história econômica brasileira, pela ótica da ortodoxia: que o ajuste austero e liberal de Murinho – recuperando a “boa teoria”, sempre metalista, em detrimento ao papelismo desenvolvimentista de Ruy Barbosa – criou as condições para o crescimento econômico subsequente; o ajuste de Campos Sales para o crescimento de Rodrigues Alves e o período de auge da República Velha, que vai até 1913<sup>1</sup>. A centralidade do debate entre “boa” e “má” teoria econômica ainda não estava pronta para ser identificada, pois restava nascer a escola que centralizou os esforços para compreender a superação de uma condição do desenvolvimento não-prevista nem pela economia política clássica, tampouco pela nova *Economics*. O progressivo avanço das estruturas de Estado garantidoras do desenvolvimento, especialmente após a Revolução de 1930, foi o fermento de uma escola única de pensamento econômico brasileira, posto que muito associada, pela ortodoxia, como “má” teoria pela ortodoxia.

## 2. O período pré-furtadiano, a contribuição do Modernismo para a formação da escola latino-americana e a saída para uma teoria do subdesenvolvimento

O período pré-furtadiano está primeiramente marcado por uma grande ausência: a ausência do estruturalismo e sua maior herança intelectual, que é a problemática do subdesenvolvimento. A problemática do subdesenvolvimento constitui-se no método de interrogação da história da periferia do sistema capitalista que reproduz e difunde padrões desiguais de difusão do progresso técnico, que, por sua vez, traduzem-se em padrões distintos de estruturas socioeconômicas reprodutoras desta desigualdade originária. Essa tradição aparece globalmente nos escritos de Raul Prebisch, em 1948, na Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), e será apropriada pelo estruturalismo de Celso Furtado.

Segundo o verbete da *New Palgrave Dictionary of Economics*, o estruturalismo originou-se nas ciências lingüísticas, proposto pela obra de Saussure e cujo termo foi cunhado por Jakob-

---

1 (Fritsch, 1989)

son em 1929, na Escola de Praga de Linguística. É a escola de pensamento seguida por autores como Althusser, Barthes, Derrida, Godelier e Lacan (Blankenburg, Palma e Tagenna, 2008). Constitui-se de três pilares: a *metodologia* da totalização, em que se prioriza a relação dos elementos na estrutura; a *epistemologia* da penetração sobre a aparência, em que o real mecanismo de funcionamento dos entes encontra-se “escondido”, portanto se trata de uma corrente anti-fenomenológica e anti-empiricista; e a *ontologia* das causas e condicionantes da Ação (*Agency*), dadas pela estrutura.

A formação do estruturalismo embarca na economia por meio de François Perroux (Sorbonne), em especial pelos conceitos de dominação econômica entre países e a análise do sistema econômico no espaço e no tempo. Boianovsky (2008) pontua claramente a relação entre Perroux e Celso Furtado durante a formação doutoral deste na Sorbonne entre os anos de 1948. Furtado levará consigo as teses seminais de Perroux para sua interpretação do histórico-estruturalismo, do mesmo modo que estas ideias influenciarão decisivamente a constituição intelectual da Cepal, especialmente nos debates sobre a natureza estrutural da inflação nos anos 1950.

Por seu pioneirismo algumas décadas antes, a experiência do modernismo e da necessidade de interpretação dos países latino-americanos pela ótica da especificidade radical de sua formação colonial dentro de uma expansão do ocidente *ainda por ser criado* antecipa diversos aspectos teóricos do estruturalismo. No pensamento pré-furtadiano de 1920-59, a constituição de sociedades expandidas pelo ocidente criou uma nova matriz civilizacional, dotada de um modo social de vida particular que se misturou estruturalmente à história do ocidente. No entanto, a ênfase dada à condição colonial, apesar de constituir-se na linha geral do desenvolvimento capitalista periférico, ignorou a possibilidade real de existirem múltiplos caminhos civilizacionais, independentemente de realizarem-se ou não os pré-requisitos da civilização ocidental. A especificidade radical da formação do sujeito habitante dessas sociedades expandidas pelo ocidente pode ser observada com mais vigor nos autores originários desse pensamento sobre o subdesenvolvimento, durante o final da década de 1920 e por toda a década de 1930.

A consolidação de uma teoria do subdesenvolvimento teve origem em uma pergunta anterior, formulada pelos pioneiros da interpretação do Brasil no auge da experiência do modernismo. *Por que somos o que somos?* – essa pergunta foi feita, com uma incomum lucidez, por Sergio Buarque de Holanda, então um jovem historiador que, com a experiência adquirida aos 20 anos com a Semana de Arte Moderna de 1922, escreveu, durante sua estadia na Alemanha, entre 1928 e 1931, um manuscrito intitulado “Teoria da América” – segundo entrevista publicada na *Hispanic American Historical Review*, em 1982 (Martins, 2009, p. 198) –, do qual alguns capítulos transformaram-se num dos mais importantes ensaios sobre a formação brasileira, a obra “Raízes do Brasil”, publicada em 1936.

A principal resposta intelectual que Buarque de Holanda, e a maioria dos modernistas, buscava era um duplo movimento: primeiro, combater a hegemonia determinista vigente no pensamento social do final do século XIX ao começo do XX, em especial as teses higienistas e eugenistas que fundamentavam a escola médica<sup>2</sup> de Silvio Romero, Nina Rodrigues e Araripe Júnior, ou da historiografia de Oliveira Viana; segundo, estabelecer as bases cognitivas da formação nacional a partir da especificidade e autenticidade do povo brasileiro, buscando nos

---

1 Para uma apresentação contemporânea da escola médica dos fins do século XIX no Brasil, ver (Silveira, 2016).

defeitos apontados pela hegemonia determinista as forças definidoras do povo brasileiro como uma entidade própria. Para os eugenistas, em especial Oliveira Vianna (1923), o povo brasileiro era teoricamente inexistente, por não se encaixar nos conceitos positivos herdados pela raça ariana, e somente a “arianização” da população brasileira poderia abrir caminho a uma civilização nos trópicos. A inexistência de um “povo” como entidade política autorizaria a intervenção do Estado na criação deste corpo ausente, nisso reside um dos amálgamas mais importantes de estruturação do Estado Novo durante os tempos duros da Era Vargas.

Neste período crucial da formação do Brasil, a opção industrialista e a construção política do nacional-desenvolvimentismo apoiaram-se na promessa de que a condição agrário-escravista representava o passado bárbaro que deveria ser negado pela aceleração do modo urbano-industrial de vida na década de 1930. O Modernismo da década de 1920, fundamental ao pensamento de Buarque de Holanda e afirmador da identidade cordial antropofágica, crítico do Brasil romântico e racista, deu lugar à, para estes artistas e intelectuais, confusa e (muitas vezes) frustrante modernização do Estado Novo. Ainda que tenha germinado a geração de 1930, no dizer de Antonio Cândido, um dos grandes intérpretes do Brasil, o modernismo pode ser visto, sob a ótica da formação nacional, como um pico das contradições entre o dilema de superar a dualidade arcaico-moderno sob a mutualidade entre *capitalismo tardio* e *Homem Cordial* ou explodir as bases coloniais por uma industrialização completa da sociedade, na qual a lógica da acumulação encarregar-se-ia de extirpar as raízes cordiais do Brasil arcaico. Podemos observar, sobre o Modernismo, a aceitação sem reservas do *Homem Cordial* no excerto do *Manifesto Antropofágico* de Oswald de Andrade, a ponto de a identidade nacional reivindicar-se como parte indissociável da história universal do homem, sem a qual o moderno ocidental (graças a seu espectro no outro ocidente) sequer teria existido:

“Queremos a Revolução Caraíba. Maior que a Revolução Francesa. A unificação de todas as revoltas eficazes na direção do homem. Sem nós a Europa não teria sequer a sua pobre declaração dos direitos do homem.”. (Andrade, 1928, p. 4).

Antes de ser uma exacerbação sem limites da especificidade brasileira, o que se observava no Modernismo era uma disputa profundamente civilizatória do papel do Brasil no Mundo, como se o país estivesse prenhe de uma Revolução “maior que a Francesa”, portanto um processo de gerasse, por si mesmo, uma ruptura histórica e a criação de uma nova sociedade e de um novo homem. O espírito da década de 1930 “contaminou” a interpretação do Brasil pela obsessão em demonstrar sua especificidade em relação ao mundo, rompendo inclusive com as teses deterministas e racistas do pensamento social construído desde o final do Império.

Raízes do Brasil é o nascimento consciente do “Homem Cordial” em 1936, e confunde-se com a construção nacionalista desenvolvimentista, antes da formação do estruturalismo latino-americano. A obra e sua proposta analítica revolucionaram o pensamento social brasileiro tanto quanto o modernismo a literatura, e sobre as mesmas bases: a identidade brasileira é agora síntese original da tropicalização da Europa, não como elemento negativo e degenerativo, mas sim como positivo e organizativo. Neste novo campo gravitacional da intelectualidade, fundamentada na contradição entre moderno e arcaico, foi possível a formulação de uma teoria da história não

-evolucionista, em que o sentido da nação estaria incognoscível ao destino moderno da Europa, antes sendo uma variação oculta dele, somente atingível por nossas forças: simboliza-se, portanto, o desenvolvimento nacional como “uma coisa só”, por tentativa industrializante alternativa ao receituário do mundo moderno. A implicação imediata desse raciocínio é questionar a teoria econômica recebida pelo Centro, mas isso não foi uma tarefa somente realizada pelo Brasil.

A passagem, no entanto, da revolução da Geração de 1930 do pensamento social para o pensamento econômico vai levar quase duas décadas. Primeiramente, a própria experimentação do Estado Novo, a criação de instituições modernas de promoção do desenvolvimento industrial pela Era Vargas, e a evolução das relações entre Brasil e Estados Unidos durante a II Guerra Mundial e o imediato Pós-Guerra mudarão o substrato acadêmico da economia no país, saindo da discussão prioritariamente pragmática para os primeiros debates essencialmente teóricos sobre desenvolvimento e crescimento. Nesse período, o mal-estar da “boa” teoria ortodoxa estava dado, em especial pelo florescimento da revolução keynesiana nos países centrais e a certeza, no Brasil, de que a industrialização era um caminho possível, ainda que dita impossível pela teoria convencional.

Após o debate entre Ruy Barbosa e Joaquim Murinho, o próximo embate econômico, este bastante conhecido, foi travado entre o patrono da economia liberal brasileira Eugênio Gudín e o industrialista Roberto Simonsen, entre os anos 1944 e 1945, conhecido como “a Controvérsia do Planejamento”<sup>3</sup>. Apesar de as bases econômicas terem avançado para o esforço de introdução da grande indústria nacional e, portanto, se tratar de uma sociedade radicalmente distinta da do final do século XIX, os termos do debate guardam enorme semelhança com a controvérsia do Encilhamento, em especial sobre as posições teóricas dos debatedores. Gudín, como Murinho, era um cético da capacidade de o Brasil trilhar destino distinto do que estava definido pela “boa” teoria. Simonsen, como Barbosa, arriscava romper as amarras do passado que impedem o futuro industrial do Brasil, o único futuro possível como nação. O debate foi travado no âmbito da Comissão de Planejamento Econômico, poderoso órgão do Conselho de Defesa Nacional do Governo Vargas. O pano de fundo do debate era o relatório da Missão Cooke (1943), um dos filhos das comissões mistas entre Brasil e Estados Unidos, que trazia como principal recomendação a industrialização (centrado no investimento em infraestrutura) do Brasil como única forma de superar o atraso econômico. Porém, é inegável que a profundidade teórica desse debate foi finalmente explicitada pelos autores na controvérsia de 1944/45, o que no debate da República Velha estava absolutamente implícito qualquer formulação metodológica ou epistemológica sobre economia.

Interessante notar que vem de Eugênio Gudín a melhor definição teórica do mal-estar que assombrava o pensamento econômico da época. Ao condenar veementemente o “fracasso do *New Deal*” americano e como o planejamento, como ação do Estado em oposição à liberdade de Mercado distorce as potencialidades reais das economias, com resultados desastrosos, Gudín também fez uma excepcional digressão teórica de seu tempo, sobre a contribuição de Keynes:

“A principal diferença entre estes modernos economistas e os clássicos (Ricardo, Stuart Mill, Thiinen, J. B. Say etc.) é que estes últimos partiam da hipótese de uma ordem econômica estacionária, ou de ritmo uniforme em seu crescimento. É possível que esse estado estacionário, imaginado

---

3 As contribuições estão reunidas em (IPEA, 2010).

pelos clássicos, chegue um dia a ser realidade, mas esse dia, se vier, ainda está muito longe. No pensamento dos clássicos, o progresso econômico, isto é, a transição de uma economia de expansão para a economia estacionária da maturidade se processaria suavemente e sem dificuldade, “através do ajustamento automático dos preços”. À medida que os investimentos declinassem, o consumo aumentaria e não haveria problema. A situação seria sempre de “emprego total”. Julgavam os clássicos que à medida que os investimentos declinassem, a redução da procura de fundos para investimento faria baixar a taxa de juros do dinheiro, destruindo o estímulo para economizar e canalizando os recursos para as despesas de consumo. A obra dos chamados “neoclássicos, especialmente dos austríacos sobre a Teoria do Valor, o juro, o marginalismo”, foi valiosa pela luz que projetou sobre certos fenômenos, mas não alterou, em sua essência, a visão dos clássicos sobre o panorama econômico.

A verdadeira revolução do pensamento econômico consistiu na introdução da teoria dos ciclos de prosperidade e depressão, mostrando que o ajustamento automático, que os clássicos pressupunham, não se realizava, porque a taxa de juros do dinheiro não funcionava como eles imaginavam (mesmo que ela fosse zero, sempre haveria economias se a renda nacional fosse elevada), porque a propensão a economizar é menos função da taxa de juros do que do vulto da renda nacional e da propensão à liquidez, e ainda porque, na realidade, o sistema de preços sofre uma série de impactos das instituições, dos hábitos e do comportamento social.” (IPEA, 2010, p 89)

Mas o problema do desenvolvimento nacional tardio não encontrava resposta na revolução keynesiana dos países centrais. Enquanto estes desenvolviam Estados de bem-estar social no pós-guerra, impulsionado pelo novo sistema orientado pelo dólar, por instituições macroeconômicas garantidoras do pleno-emprego e pelo plano Marshall de reconstrução, o discurso dos modelos clássicos econômicos encobria o segredo da sociedade salarial na armadilha da Teoria das Vantagens Comparativas, de David Ricardo. De um lado, países da periferia que ousassem romper com a armadilha ricardiana tinham que enfrentar rupturas profundas nos regimes que sustentavam as pós-colônias, e seus exemplos radicais foram raros, o mais importante deles Cuba (1959). De outro lado, no interior da teoria ortodoxa, a publicação do artigo seminal de W.A. Lewis (1954).

O clássico artigo de 1954 inicia-se com uma provocação: (i) que a teoria neoclássica do desenvolvimento (antecipando em dois anos Solow) jamais debruçou-se sobre os países em desenvolvimento, onde a existência de um setor cuja produtividade do trabalho seria desprezível e, portanto, haveria uma oferta ilimitada de mão-de-obra pronta a ser absorvida pelo setor moderno; (ii) que esse processo de absorção cria fontes de aumento da produtividade não previstas pelo modelo neoclássico; e (iii) que a revolução keynesiana tinha sido incapaz de compreender esse fenômeno de curto prazo, logo recorrer a ela seria inútil para reconectar a teoria do longo prazo do crescimento à existência de oferta ilimitada de mão-de-obra. O tema central é a “pergunta clássica”, como ocorre o desenvolvimento se o estoque de trabalho é ilimitado ao nível do salário de subsistência. A resposta dos clássicos estava na acumulação de capital, que foi esquecida

pelos neoclássicos ao eliminar a questão do estoque ilimitado de mão de obra. Com isso, a teoria neoclássica perdeu a capacidade de explicar o fenômeno do crescimento econômico, e Lewis pretende restabelecer o caminho neste artigo.

O argumento é suficientemente conhecido. Nos países em desenvolvimento, o setor de subsistência é abundante, tanto no campo quanto nas cidades, e reproduz a vida material sem praticamente nenhuma presença de capital. A produtividade do trabalho é próxima de zero. Nesta economia, a introdução de capital, ou seja, de formas modernas de produção que levem ao aumento da acumulação de capital é um processo necessariamente desbalanceado de crescimento, pois o setor de subsistência impede que os salários acompanhem o aumento da produtividade. Portanto, numa economia com estoque ilimitado de mão-de-obra, a acumulação de capital tem caminho livre para crescimento, inclusive na apropriação relativa da renda, como em termos absolutos, até o ponto em que o setor de subsistência seja plenamente convertido em setor moderno, e assim a passagem desse “ponto de Lewis” devolveria a economia para sua “condição neoclássica” dada pelo modelo neoclássico, a ser proposto por Solow.

Mas o que seria o setor de subsistência? Para Lewis (1954, p. 141), é claro que este setor é “tipicamente” capitalista, portanto, exclui-se o “setor arcaico” dos países periféricos<sup>4</sup>. As frentes de trabalho tradicional da África e boa parte dos setores populares da América Latina, segundo Lewis, estão de fora do conceito do setor de subsistência. Implicitamente, o critério para a existência do setor lewisiano divide-se em dois: de um lado, a baixa produtividade; mas, de outro, é necessário assalariamento. Portanto, são os países asiáticos os “tipos ideais” do modelo de Lewis, pois, nestes, imensos contingentes de trabalhadores encontravam-se plenamente assalariados sem, no entanto apresentar produtividade do trabalho relevante. É o caso do Japão para o período do artigo e, como será exposto adiante, será o caso emblemático da Coreia do Sul para os tempos atuais.

O modelo lewisiano, como exposto pelo próprio autor, não conseguia explicar satisfatoriamente a sina latino-americana. Essa indisponibilidade do mercado de subsistência latino-americano – que Lewis vai se referir à ausência de força de trabalho masculina – é um dos fatores de maior confusão na aplicação contemporânea de Lewis ao caso latino-americano. Sem formar o colchão protetor da acumulação de capital, a introdução de forças modernas com o mercado de subsistência travado leva a explosões de desigualdade e a processos de ruptura interna e estagnação.

A saída metodológica para a América Latina precisava de uma interpretação histórico-estrutural, uma revolução teórica para romper a ilusão ricardiana e recolocar a possibilidade de acessar a riqueza das nações desde a periferia, revolução essa que já estava em curso desde os fins da década de 1930 nos debates nascente dos países da região, mas que tomou forma mundial no ano de 1948, com a fundação da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) e a posterior publicação do artigo seminal de Raúl Prebisch (1948), rompendo com a teoria

---

4 Boianovsky explica que, para Lewis, o setor agrário não assalariado (equivalente à ideia sociológica de setor arcaico) seria capaz de gerar excedente de mão de obra e constituir um estoque de trabalho para o setor moderno, mesmo diante da escassez de trabalho no setor de subsistência, típico de países que passaram por fortes períodos de escravidão, como a América Latina. A condição para que isso acontecesse, no entanto, é a concentração da propriedade fundiária como fonte de geração de excedente de trabalho. (Boianovsky, 2019, pp 28-33). A questão é exatamente esta: a introdução da concentração da propriedade em grande medida inviabiliza o mecanismo “normal” de transição do setor de subsistência para o setor capitalista de Lewis, e coloca uma barreira à ultrapassagem do Ponto de Lewis. Sem o esgotamento natural da força de trabalho no setor de subsistência, a economia pode estancar o processo de crescimento antes de atravessar o ponto de chegada do mundo moderno, inclusive retrocedendo para trás do momento em que o processo de crescimento se iniciou. Essa “economia política” da mudança estrutural não está em Lewis e será um dos pontos altos do debate da escola latino-americana nos anos 1970, diante das experiências industrialistas ditatoriais que se disseminaram na região.

tradicional do desenvolvimento e estabelecendo as bases da problemática do subdesenvolvimento e do pensamento estruturalista latino-americano.

Segundo Furtado (2000), o processo histórico de difusão do progresso tecnológico manifesta padrões distintos entre países de alta produtividade social (centro) e de baixa produtividade (periferia). A estrutura do primeiro, na qual se origina o progresso técnico, absorve e difunde o aumento da produtividade para o conjunto da sua sociedade, uma vez que a escassez de mão de obra e o aumento real da renda permitem ganhos de escala crescentes ao incremento da produtividade do capital, pois o mercado de consumo é compatível com a acumulação de capital. Esse progresso técnico, no entanto, reproduz-se desigualmente ao difundir-se para os países periféricos, marcados pela baixa produtividade social, pelas estruturas pós-coloniais mimetistas dos padrões de consumo metropolitanos e pela abundância relativa de mão-de-obra. Como a periferia é incapaz de incorporar, de imediato, a estrutura produtiva do centro, esta viabiliza sua inserção no sistema pelo consumo dos produtos de alta intensidade de capital, concentrando-o nos grupos dominantes da sociedade. O acesso concentrador da periferia ao sistema-mundo foi denominado por Furtado como *modernização dos padrões de consumo*.<sup>5</sup>

O salto metodológico do estruturalismo, que diferencia a escola latino-americana de todas as outras escolas do pensamento econômico, foi a incorporação das noções de processo sincrônico e diacrônico propostas para a linguística de Sausurre e traduzidas para a historiografia por F. Braudel e para a antropologia por C. Lévi-Strauss. Segundo Boianovsky (2015), o domínio do estruturalismo francês no debate dos anos 1950 e 60 estimulará o contato intelectual de Furtado com estes autores. A incorporação da análise sincrônica (a história em movimento, ou as regularidades no processo de mudança) e diacrônica (o movimento da história, ou o processo de mudança das regularidades) foi fundamental à visão histórica do processo de desenvolvimento nacional, este que impõe necessidades específicas e saídas originais.

O subdesenvolvimento, como algo permanentemente distinto do desenvolvimento, avança nessa *modernização* à medida que concentra os recursos excedentes da sociedade para o consumo dos produtos metropolitanos, estabelecendo uma demanda constante por estas mercadorias. Ao cessarem os fluxos internacionais que permitiram a troca de bens agrícolas, típicos do subdesenvolvimento, por bens manufaturados da modernização, dá-se lugar à (difícil) via nacional de substituir os importados de alta produtividade do capital em meio à estrutura do subdesenvolvimento. O caminho da industrialização eleva o nível da *modernização* e capitaliza-se na concentração e restrição dos mercados a uma minoria social, o que impactará, por sua vez, num foco de instabilidade da industrialização do mundo subdesenvolvido: os “*reflexos negativos na produtividade industrial*” (Furtado, 1972, p.11). As condições débeis do mercado, ao incorporar o padrão industrial sem transformar sua estrutura produtiva, imporão à grande indústria instalada restrições estruturais ao crescimento econômico; o avanço da acumulação concentradora e *modernizadora* levaria a economia a um nível “sub-ótimo” de bem-estar se comparado ao dos países centrais. As deficiências no consumo ampliado dos bens industriais impediriam a reprodução do próprio sistema, da própria concentração:

---

5 “... o progresso tecnológico serviu muito mais para modernizar os hábitos de consumo do que para transformar os processos produtivos.” (Furtado, 1972, p.11).

“... na medida em que o consumo da minoria de altas rendas deve acompanhar a evolução do consumo dos grupos de rendas médias e altas de países muito mais ricos (...) os limitados recursos disponíveis para investimento tenderão a ser absorvidos na diversificação do consumo da referida minoria, em prejuízo do referido processo de difusão.” (Idem, p. 31).

Essa economia política é tributária do trabalho seminal de Paul Baran (1952), que argumentou à época, com uma dose de fatalismo, sobre o caráter anti-progressista das classes médias dos países subdesenvolvidos, em oposição ao observado nos países industrializados. O estado de permanente reprodução de grandes desigualdades leva à negação da dimensão do planejamento econômico, colocando os agentes e a economia em permanente estado de *Carpe Diem* (Baran, 1952, p. 78). Para o autor, América Latina, Ásia e África estariam condenados a esse círculo vicioso do atraso provocado pela baixa taxa de acumulação, classe média comprimida em pouco espaço distributivo e estrutura pós-colonial de sociedade. A ruptura viria com uma atuação do Estado que extrapolasse a simples estratégia de acumulação e atingisse o modo de vida pós-colonial, transformando as estruturas mantenedoras de privilégios no interior das classes médias antiprogressistas em direção à progressividade. Esta é uma proposta de incomum genialidade, especialmente se considerada o período em que ela foi formulada, cujo encaminhamento teórico ficou adormecido pelo pensamento estruturalista, com exceção das discussões sobre cultura e desenvolvimento de Furtado. De todo modo, o assunto da economia política da transformação social aparece como um fato exógeno ao sistema que, no entanto, sem ele as distintas trajetórias do desenvolvimento do mundo periférico nas décadas seguintes fazem pouco sentido.

É importante retomar a discussão de que as teorias estruturalistas do subdesenvolvimento mantinham ao longo das décadas de 1950, 1960 e 1970, um intenso debate sobre a capacidade inclusiva do capitalismo periférico em relação ao contingente marginalizado pela difusão desigual do progresso técnico oriundo da industrialização. Nessa perspectiva, a sociedade periférica estaria representada por uma descontinuidade na participação no processo de produção da riqueza capitalista, em que o capital manteria um pequeno setor dinâmico das relações capital e trabalho, compreendido da burguesia até o exército industrial de reserva na classe trabalhadora, ou seja, a parcela da população desempregada que, por estarem imediatamente aptos a assumir postos dos trabalhadores empregados, contribuem dinamicamente para o processo de formação de preços do trabalho, da mais-valia, dos lucros e dos preços gerais da economia capitalista. A parcela da classe trabalhadora além do exército de reserva participa marginalmente da estrutura de acumulação anterior nas principais formas: (i) pressionando nas fronteiras do exército de reserva, como subproletariado desempregado, porém inapto ao exercício das funções do trabalho específico daquela categoria, exercendo funções no pequeno comércio de rua, nos empregos esporádicos de baixíssima qualificação e nas formas familiares ou cooperativas de produção urbana; (ii) mantendo-se nos bolsões de subsistência, apartado da economia monetária, nos praticamente mesmos pressupostos de reprodução agrária do mundo colonial; (iii) marginalizado de fato das estruturas oficiais, no crime pequeno, na mendicância, em uma situação de miséria absoluta e, o que é mais importante, sem nenhuma função social aparente.

Essa interpretação da “marginalidade estrutural” buscava lidar com as determinações de uma economia segmentada e antagonizada pelo arcaico e o moderno, como na interpretação

da teoria cepalina do subdesenvolvimento; ou de uma subordinação dependente do setor marginalizado para a reprodução do setor integrado, como na teoria da dependência<sup>6</sup>. Mas não se propunha compreender o fenômeno da marginalidade estrutural, inclusive a própria semântica do termo restringe isto de princípio, como parte integrante da dinâmica capitalista, integrante do processo desigual de difusão do sistema de acumulação entre países e da especificidade do capitalismo periférico. Os modos de reprodução ditos marginais, quando olhados de perto, não se distinguem na natureza da acumulação, na necessidade de moeda como referência de valor, na existência de exploração do trabalho, na mercantilização das relações sociais, exceção de setores que se mantiveram intactos pela difusão do capital desde a sua primeira onda, alheias, portanto, à universalização ocidental e reproduzindo-se segundo as tradições. A marginalidade estrutural que aparenta ser a característica marcante do capitalismo periférico está dinamicamente integrada ao sistema de acumulação, porém a um modo de vida distinto da integração majoritária pela qual as economias centrais operaram sua transição capitalista.

O problema que se buscou levantar aqui tenta dialogar com as vertentes clássicas do estruturalismo latino-americano e sua variação moderna de uma teoria da desigualdade tecnológica. Não resolve a questão maior desse debate, explicitada acima, sobre a dualidade versus mutualidade entre arcaico e moderno, e por isso sobre o mecanismo de transição estrutural do subdesenvolvimento para o desenvolvimento. A questão que se buscou mostrar é como a marginalidade estrutural da sociedade e economia periféricas precisa de um cálculo de forças políticas que sustentem, por um período minimamente suficiente, políticas de transformação estrutural, sem que a sociedade reaja para manter o *status quo* do subdesenvolvimento.

## Considerações Finais: a travessia do Modernismo para o Estruturalismo Latino-Americano

O desenvolvimento da escola latino-americana é tributário do Modernismo? Essa é uma pergunta que estrutura o pensamento econômico do Brasil e da América Latina para além dos economistas que nele contribuíram. Pelo debate da República Velha, observa-se que dificilmente os atores envolvidos nos temas do Encilhamento poderiam destruir suas condições de homens históricos e elaborar uma análise não-determinista dos processos econômicos. O eugenismo e higienismo eram a grande regra de conduta intelectual da segunda metade do século XIX até o começo do XX. Nos tempos atuais, os autores que discutiram sobre o destino das nações subdesenvolvidas são muitas vezes classificados como racistas, mas isso advém da incapacidade cognitiva do tempo histórico em perceber a dinâmica própria do subdesenvolvimento, sequer o subdesenvolvimento como uma categoria analítica em si.

É nesse sentido que opera a ruptura do Modernismo no estado das coisas. Sem o determinismo e sem um evolucionismo automático do homem, no sentido literal, o movimento da semana de 1920 no Brasil foi fundamental para romper o paradigma científico que amarrava as

---

6 Para uma leitura desse debate predecessor, ver (Cardoso e Faletto, 1970); (Kowarick, 1977), entre outros.

interpretações e visões de mundo da época, e a obra de Sergio Buarque de Holanda nesse processo de ruptura foi crucial durante a década de 1930. No centro do debate estava a noção de papel do *homo sociologicus* (Dahrendorf, 1964) criado pela permanência da escravidão em meio a um império liberal. Na primeira edição de *Raízes do Brasil* (Holanda, 1936) as referências a um processo civilizatório particular promovido pela colonização, com dinâmica própria e não apenas redutível à questão do atraso nas “etapas do desenvolvimento” (Rostow, 1960) continuam o fenômeno de um tipo ideal bastante distinto do *homo economicus* ocidental, mas ainda sim um homem definido pelas categorias modernas do trabalho, como entendido pelos clássicos.

Em outra obra monumental de Holanda, já no limiar da publicação de *Formação Econômica do Brasil* por Furtado, o historiador define o significado profundo da colonização, que marca o espaço intelectual em que pulsa a escola latino-americana: a descoberta do paraíso por corpos e mentes do Antigo Regime que, simultaneamente, foi explorado pelos mesmos corpos e mentes da Era Moderna (Holanda, 1958). As “visões do paraíso” mostram um ocidente ainda em formação que, no final do século XV, encontra o Novo Mundo movido pelos mitos e superstições da sociedade encantada da Idade Média, e a passagem das trevas para a iluminação operada no Centro ao final do século XVII em diante somente foi possível por esse desencantamento nas colônias: a escravização do bom selvagem, a destruição do paraíso pela exploração colonial.

Quando se observa o debate seguinte da controvérsia do planejamento, as diferenças teóricas são evidentes. Já na década de 1940 o cenário intelectual mudou radicalmente, com a retração franca do determinismo das escolas de pensamento dominantes no país. Essa retração pode ser sentida nos discursos de Gudin e Simonsen, muito mais centrados nas questões objetivas econômicas e menos nas deficiências do homem brasileiro em relação à natureza do homem esperada pelo Ocidente. Ademais, é interessante notar como o debate determinista promovido pelos “arianistas” na sociologia de Oliveira Vianna pouco ou nenhuma influência tiveram no nascente debate econômico entre liberalismo e desenvolvimentismo, mesmo entendendo as reservas que os defensores do primeiro campo de estratégia econômica tinham sobre a viabilidade histórica de uma estratégia econômica de “ruptura com o passado”, ou seja, a industrialização como mudança de parâmetros dados pelas vantagens comparativas de uma economia agrário-exportadora. O discurso dos defensores do liberalismo à época pré-furtadiana estava muito mais associado ao modelo ricardiano de comércio que à “maldição” trazida pela vida tropical, esta muito cara ao pensamento social pré-Semana de 1920.

No entanto, a ruptura com o determinismo eugenista, o centro do debate do Modernismo com a escola médica, alimentou a segunda força deste debate pré-furtadiano e estabeleceu as bases para o florescimento de uma interpretação genuinamente própria do desenvolvimento: a teoria do subdesenvolvimento da escola estruturalista latino-americana e suas variantes, entre elas a teoria da dependência. Na década de 1950, já consolidado o novo paradigma, com a industrialização pesada do Brasil em curso e as experiências contraditórias da modernização encetadas pela Era Vargas, Furtado foi poupado do trabalho de discutir com a escola determinista dentro de seu terreno teórico, podendo refutá-las na integralidade, assim como o faz no clássico *Formação Econômica do Brasil*. O que é considerado a mais importante obra de pensamento econômico brasileiro - e não se coloca dúvidas sobre isso - é herdeiro de uma batalha anterior no pensamento social: a batalha pela significação do destino nacional.

## Referências

- AIDAR, Bruno. Pensar a riqueza do Brasil colonial: das descrições à economia política. In: COSENTINO, Daniel; GAMBI, Thiago. (Org.). *História do pensamento econômico: pensamento econômico brasileiro*. Niterói; São Paulo: Eduff; Hucitec, 2019. p. 135-162.
- ANDRADA, A. F. S; Boianovsky, M.; Cabello, A. F.. O Clube de Economistas e a Revista Econômica Brasileira (1955-1964): Um Episódio na História do Desenvolvimentismo Nacionalista no Brasil. In *Revista Estudos Econômicos*, São Paulo, vol.48 n.4, p. 721-756, out.-dez. 2018.
- ANDRADE, Oswald de. Manifesto Antropófago. In *Revista de Antropofagia*, ano 1, n. 01, maio 1928. Disponível em <http://www.brasiliana.usp.br/>
- BARAN, P. On the Political Economy of Backwardness. In *The Manchester School* v. 20 ed 1. 1952. pp 66-84.
- BARBOSA, Ruy. Relatório do Ministério da Fazenda. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. 1891.
- BLANKENBURG, S.; Palma, J.G.; Tagenna, F. Structuralism. In *New Palgrave Dictionary of Economics*. Macmillian. 2008. V.8. pp. 69-74
- BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento Econômico Brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. Rio de Janeiro. Ipea/Inpes. 1988.
- BOIANOVSKY, M. Furtado, Celso (1920-2004). In *New Palgrave Dictionary of Economics*. Macmillian. 2008. V.3. pp 517-521.
- \_\_\_\_\_. Arthur Lewis and the classical foundation of development economic. In *Research in the History of Economic Thought and Methodology*, vol. 37, 2019 (escrito em Março de 2018).
- \_\_\_\_\_. Between Lévi-Strauss and Braudel: Furtado and the historical-structural method in Latin American political economy. *Journal os Economic Methodology*. v. 22. n.4. pp. 413-438. 2015.
- CARDOSO, F.H; Faletto, Enzo. *Dependência e Desenvolvimento na América Latina: Ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.
- DAHRENDORF, Ralf. *Homo sociologicus*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1969.
- EKERMAN, Raul. A comunidade de economistas do Brasil: dos anos 50 aos dias de hoje. In: *Revista Brasileira de Economia* 43(2): 113-138.1989.
- FONSECA, P. C. D. Desenvolvimentismo: a construção do conceito. In Calixtre, A. B., Biancareli, A. M; Cintra, M. A. M. *Presente e Futuro do Desenvolvimento*. Brasília: Ipea. 2014. Cap 1.
- FRITSCH, W. Apogeu e crise na Primeira República (1900-1930). In Abreu, M. P. *A Ordem do Progresso: 100 anos de Política Econômica Republicana*. Rio de Janeiro: Ed. Campos. 1989. Cap 2.
- FURTADO, Celso. *Análise do Modelo Brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra S.A. 1972.
- \_\_\_\_\_. Desenvolvimento e Subdesenvolvimento. In Bielschowsky, Ricardo (org.). *Cinqüenta anos de pensamento da CEPAL*. Santiago: CEPAL. 2000. V. I. pp. 239-262.
- GIMENE, Márcio. O movimento industrialista brasileiro como projeto de nação. In *Revista OIKOS*, volume 2, número 1. Rio de Janeiro. 2003.
- HOLANDA, S. B. de. *Raízes do Brasil*. 1. ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1936.
- \_\_\_\_\_. *Visão do paraíso – os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. Rio

- de Janeiro: Olympio, 1958.
- IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. *A controvérsia do planejamento na economia brasileira*; coletânea da polêmica Simonsen x Gudin, desencadeada com as primeiras propostas formais de planejamento da economia brasileira ao final do Estado Novo/ Roberto Cochrane Simonsen, Eugenio Gudin. Rio de Janeiro: Ipea, 2010. 3ª ed.
- KOWARICK, Lúcio. Capitalismo e Marginalidade na América Latina. col. *Estudos Latinoamericanos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. 2ª ed.
- LEWIS, W. A. *Economic Development with unlimited supplies of labour*. Manchester School 22. 1954. pp 39-91.
- MARTINS, Renato (Org.). *Sérgio Buarque de Holanda: encontros*. Rio de Janeiro, Azougue, 2009.
- MURTINHO, Joaquim. *Introdução ao Relatório do Ministro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. 1899.
- NOVAIS, Fernando. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*. São Paulo: Hucitec, 1995. Prebisch, R. *The economic development of Latin America and its principal problems*. CEPAL. 1948.
- ROSTOW, R. *The stages of economic growth: a non-communist manifesto*. Cambridge University Press. 1960.
- SILVEIRA, Éder da. *A Cura da Raça - eugenia e higienismo no discurso médico sul-rio-grandense nas primeiras décadas do século XX*. Porto Alegre: Editora da UFCSPA. 2016.
- VIANNA, Oliveira. *A Evolução do Povo Brasileiro*. Brasileira. 1923.